



AS TRANSFORMAÇÕES QUE MARCARAM A HISTÓRIA DO INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS: ASPECTOS POLÍTICOS, PEDAGÓGICOS E INSTITUCIONAIS

Edison de Almeida Manso (1); André Luiz Araújo Cunha (2); Priscila Branquinho Xavier (3); Lucas Bernardes Borges (3); Elianda Arantes Figueiredo Tiballi (5);

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - edisonmanso@gmail.com; (2) Pontifícia Universidade Católica de Goiás - aluizcunha7@gmail.com; (3) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - priscilabranquinox@gmail.com; (4) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - lucasberbor@gmail.com; (5) Pontifícia Universidade Católica de Goiás- tiballi49@hotmail.com

Resumo: O presente artigo apresenta o movimento lógico-histórico que provocaram transformações significativas na história do Instituto Federal de Goiás – IFG, desde sua criação em 1909, como Escola de Aprendizes e Artífice, até sua configuração atual como IFG. Ao longo dos anos, as escolas foram transformadas às condições de Escolas Técnicas (ET), depois Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) e, finalmente, a partir da Lei Federal nº 11.892 (2008), transformou-se em Institutos Federais (IFs). Estas instituições são autarquias federais detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, sendo equiparadas às universidades federais (UF), trabalham com educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional, tecnológica e gratuita em diferentes modalidades de ensino. A proposta de ensino politécnico remonta à sua origem na educação russa após a Revolução de 1914, lideradas por Lênin. A educação brasileira apresenta uma realidade distinta da russa e por esse motivo deve ser considerada nas suas particularidades. Nessa nova denominação de IF a instituição busca uma identidade que seja tão forte e representativa para milhares de estudantes quanto a ET, em que muitos deles de baixa renda e trabalhadores buscavam uma elevação da escolaridade e simultaneamente, uma qualificação profissional, tendo suas vidas modificadas por intervenção de sua passagem pela instituição. Nesse caminho, o IF busca encontrar os melhores níveis de ensino e que poderão propiciar uma inclusão social que permita, por meio da educação politécnica, modificar a vida de muitos estudantes.

Palavras-chave: Técnico Integrado, Politécnica, Regime Integral

Introdução

Os momentos lógico-históricos que provocaram as transformações que marcaram a história do IFG, de 1909 até a sua configuração atual, ultrapassam os muros dessa Escola e se explicam pela conjuntura da política educacional brasileira ao longo desse período.

A linha histórica da legislação educacional brasileira foi determinante para as mudanças às quais a instituição tem sido submetida. Assim, o objetivo central desta pesquisa perpassa aspectos



políticos, pedagógicos e institucionais, que configuraram os momentos lógico-históricos principais: 1909 – 1942 - Escola de Aprendizes Artífices, na Cidade de Goiás (antiga Vila Boa); 1942 – 1999 - Escola Técnica de Goiânia, de acordo com o Decreto-Lei nº 4.127, de fevereiro de 1942; Escola Técnica Federal de Goiânia pela Lei nº 3.552 de fevereiro de 1959; Escola Técnica Federal de Goiás em 1965 e Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO, por meio de um decreto sem número, de março de 1999.

A partir de 2008 – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG - pela Lei Federal nº 11.892 de dezembro de 2008.

Embora os três momentos históricos mencionados apareçam numa perspectiva de continuidade e de transformação de uma instituição escolar em outra, a realidade é que a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás, ao encerrar suas atividades em 1942, decretou também sua terminalidade. O ensino profissional ali professado era inteira e genuinamente de formação para o trabalho, embora o fosse na condição do artesanato e do ofício propriamente dito. Com o fechamento da escola, permaneceu o legado histórico como patrimônio para as próximas gerações.

Como considera Lahire:

O fato é que não se inventa a cada geração a língua, o direito, a moeda, (...) casamento, etc., isto é, o conjunto de instituições econômicas, políticas, culturais, religiosas e morais que herdamos, mesmo sem nos dar conta disso muitas vezes, e com as quais, queiramos ou não, devemos compor. (LAHIRE, 2006, p. 598)

O surgimento da Escola Técnica de Goiânia, fazendo um paralelo com a mudança da capital do estado de Goiás para a cidade de Goiânia, marcou também o surgimento de um novo campo: uma nova cidade que surgiu com uma nova escola e nisso se constituiu um campo. Segundo Bourdieu:

A estrutura do campo é dada pelas relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia no interior do campo, isto é, o monopólio da autoridade que outorga o poder de ditar as regras, de repartir o capital específico de cada campo. A forma como o capital é repartido dispõe as relações internas ao campo, isto é, dá a sua estrutura. (BOURDIEU, 1984, p. 114)

A Escola Técnica de Goiânia tinha no seu projeto político-pedagógico receber toda a herança material e humana como se fosse uma transferência da Escola de Aprendizes Artífices para a nova capital. Entretanto, tal fato não ocorreu, em virtude de que nenhum equipamento fora trazido da antiga Vila Boa para Goiânia e, com relação ao material humano, somente alguns alunos vieram para terminar o curso iniciado na antiga escola.

A questão da transferência, numa linha da sociologia, foi assim comentada por Lahire:

Um patrimônio material pode ser "transmitido" num tempo relativamente curto (o tempo da transferência - que às vezes é imaterial - do doador ao beneficiário). A "transmissão" cultural é, na maioria das vezes, questão de tempo, de repetição de



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

exercício, pois trata-se da progressiva de hábitos no corpo, sejam hábitos mentais ou gestuais, sensoriais ou intelectuais. (LAHIRE, 2002, p.76)

A nova escola de Goiânia começou com o regime de internato para os alunos selecionados e para um futuro próximo lançou vistas de oferta do ensino médio ou segundo grau. Isso veio a se concretizar na sua transformação em Escola Técnica de Goiás e, posteriormente, em Escola Técnica Federal de Goiás. Nesses dois momentos históricos pode-se dizer que houve uma transformação, e esta ocorreu porque todo o legado histórico material, humano e geográfico foi mantido.

O terceiro momento refere-se à passagem da Escola Técnica Federal de Goiás à condição de Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET- GO, o que levou a antiga escola a uma nova perspectiva, deixando de ser um todo para se tornar uma parte. Mudou-se o perfil do aluno e mudaram-se os componentes curriculares. Houve aqui uma ruptura que reverberou na prática do ensino para o mundo do trabalho, decorrente de uma nova diretriz: a educação para o mercado, escamoteada pelo discurso da verticalização do ensino e pela flexibilização dos conteúdos e da formação profissional. Nessa ruptura, pode-se afirmar que o patrimônio incorporado pela nova instituição (CEFET-GO), denominada por Lahire (2002) de receptora, foi um acúmulo de capital como uma herança que prejudicou sobremaneira ao cedente, na medida em que este se restringiu significativamente em detrimento dos novos níveis de ensino abarcados pela instituição. Segundo Florestan Fernandes (1997, p. 5), “a história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como classes em conflito, que fecham ou abrem os circuitos da história”.

Por fim, veio o que se pode chamar da primeira transformação ao longo de todo esse percurso histórico da instituição: a mudança de CEFET-GO para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Agora, integralmente com uma formação para o mercado de trabalho, a herança material, humana e geográfica foi totalmente incorporada, na perspectiva de se ter uma escola desenvolvimentista e que pudesse acompanhar e estar ao lado dos interesses do mercado de trabalho.

A criação da Escola de Aprendizes em Goiânia, trouxe mudanças que ocorreram no seio da própria escola, numa perspectiva de ruptura e de inovações. Dentro desse mesmo raciocínio, observou-se que o mesmo ocorrera com a Escola de Aprendizes Artífices (EAA) e a Escola Técnica de Goiânia, depois Escola Técnica Federal de Goiás (ETFG). Ainda há que se considerar um outro elemento de destaque que foi o período de transição da Escola Técnica Federal de Goiás para Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO), compreendendo o período que vai



de 1942 até o ano de 1999. E, finalmente, a última transformação se deu a partir de 2008, quando o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET-GO) foi modificado institucionalmente para Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG).

1. OS MOMENTOS LÓGICOS-HISTÓRICOS DO CÂMPUS GOIÂNIA DO IFG CONSIDERANDO O PERÍODO DE 1909 ATÉ O PERÍODO ATUAL

A Escola de Aprendizes Artífices foi criada na Cidade de Goiás em 1909; porém, seu funcionamento somente se estabeleceu no ano de 1912. Cabe ressaltar que o censo de 1920 apontava a capital do estado de Goiás como uma das três capitais do país com o mais baixo desempenho de aproveitamento de superfície territorial em termos de construção por quilômetro quadrado (as outras duas foram as capitais dos estados do Amazonas e de Mato Grosso) e, curiosamente, não apresentava nenhum prédio com mais de um pavimento.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES (1909-1942)

Em 1918 a Câmara dos Deputados, em reunião, estabeleceu em ata a autorização para que o Estado adquirisse o prédio onde funcionava a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás.

Em relação à Escola de Aprendizes Artífices, pode-se dizer que seu projeto pedagógico, sua autonomia e sua gestão se constituíram totalmente dependentes de um sistema de forças dominantes que estava no pano de fundo de um discurso subsumido por uma corrente entrelaçada de coronéis, militares e da elite dominante da sociedade brasileira, elite que se perpetuou mediante o afago de dar migalha a quem não tem absolutamente nada e por isso mesmo parece que o pouco representa muito. Isso nada mais é do que a essência do capitalismo e sua relação com o trabalho dentro de um conceito ideológico que constitui, desde muito tempo, a longa história do adestramento social e na divisão social do trabalho, com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual. Fica evidente que a Escola era destinada à formação profissional da população pobre, tão desprezada pela sociedade dominante - elite detentora do poder político e econômico.

As Escolas de Aprendizes Artífices começaram no Brasil todo com um problema sério de evasão, sem considerar outros aspectos, como por exemplo as instalações adequadas para as oficinas e a formação dos professores.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA TÉCNICA DE GOIÂNIA (1943-1999)

A Escola de Aprendizes e Artífices que na velha capital funcionou até o ano de 1941, agora



tinha o nome de Escola Técnica de Goiânia, com a sigla ETG sob os auspícios do Decreto-Lei de nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, em seu Art. 8º, inciso XI e com traços de modernidade que a nova capital requeria para a sua afirmação no cenário nacional.

A Escola Técnica de Goiânia oferecia o Ensino Industrial Básico (primeiro ciclo) e para seu acesso havia primeiramente o requisito de ter concluído o ensino primário e posteriormente; se submeter ao exame vestibular composto de provas das disciplinas de Português e Aritmética além de ter uma avaliação de aptidão mental.

A Instituição também oferecia os cursos técnicos industriais (segundo ciclo) que tinha como requisitos: a) ter concluído o primeiro ciclo ou equivalente e b) fazer o exame de admissão com exigências de conhecimentos nas disciplinas de Português, Matemática e Desenho. O primeiro e o segundo ciclo concluídos eram equiparados ao ensino médio.

A nova escola oferecia o regime de internato para os alunos mais carentes previamente selecionados e de externato para os demais alunos. Havia dormitórios e refeitório para os alunos internos sendo que uma ressalva deve ser feita para a questão da alimentação no tocante ao almoço que era destinado a todos os alunos da escola independentemente do fato de serem ou não internos. Após essa refeição os externos eram liberados.

Ao iniciar suas atividades em 1943 a escola fez o seu processo seletivo sendo que o chamado segundo ciclo só veio a começar efetivamente em 1947. A segunda turma da Escola Técnica de Goiânia contou com uma novidade ímpar que foi a presença das mulheres em 1944, aceitas no regime externo.

O Curso Industrial Básico da Escola Técnica de Goiânia era oferecido em diferentes áreas: Curso de Artífice em Serralheria, Curso de Artífice em Marcenaria, Curso de Artífice em Alfaiataria, Curso de Artífice em Arte de Couro; e dois novos cursos sendo o Curso de Artífice em Mecânica de Máquinas e Motores e o Curso de Artífice em Tipografia e Encadernação.

Do ponto de vista político, econômico e social não havia nenhuma transformação e isso ajudava a manter um sistema social que permanecia. Essas considerações remetem a um elemento fundamental dentro do grupo de gestores políticos do Brasil – eles estão cada vez mais distantes do diálogo com os cidadãos e por isso mesmo ainda que alguns consigam entender as dificuldades do cotidiano destes, não conseguem traduzir isso de forma efetiva para o campo político.

O perfil dos alunos que freqüentaram a instituição enquanto ETFG, eram em sua maioria composta de alunos trabalhadores que almejavam uma melhoria na condição social e na qualidade de vida e que realmente (em quase sua totalidade) estavam interessados numa qualificação para uma ascensão



social via mercado de trabalho. Isso foi uma tônica durante quase todo o período que antecedeu ao processo de cefetização da ETFG muito em virtude dos cursos técnicos no período noturno permitirem aos alunos trabalhadores terem acesso a escolaridade.

Na década de 1970, a Escola Técnica Federal de Goiás (ETFGO) passou a oferecer o Curso Técnico de Nível Médio, com uma organização curricular que contemplava a formação geral e especial de forma integrada. Eram oferecidos oito cursos: Agrimensura, Estradas, Eletromecânica, Eletrotécnica, Edificações, Saneamento, Mineração e Telecomunicações, os quais tinham duração de quatro anos. Ao final do 3º ano, o aluno recebia o Certificado de Conclusão do 2º Grau e de Auxiliar Técnico e, ao final do 4º ano, após a conclusão do estágio curricular supervisionado, recebia o Diploma de Técnico de Nível Médio.

Nos quase dez (10) anos a saber de 1977 (quando começou a modalidade de ensino semestral) até o final dos anos de 1980 a instituição matriculou 48318 alunos sendo que desses 5377 concluíram o curso e 3302 foram diplomados nos cursos técnicos vigentes.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE GOIÁS (1999-2008)

A antiga Escola de Aprendizes e Artífices já havia trilhado uma longa jornada quando passou para a denominação de Escola Técnica de Goiânia e logo deixou os umbrais do Estado para se inserir como autarquia federal com o nome de Escola Técnica Federal de Goiás, agora se via numa outra mudança que foi a sua migração para Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET-GO. E essa mudança provocou o quê em termos de escola? Segundo Dourado e Assis Pires:

A trajetória histórico da formação de tecnólogos é ela mesma marcada por essas ambigüidades e limites. Vinculada diretamente à origem dos CEFETs, criados na década de 1970, quando se propunha a construção de um modelo alternativo para o ensino superior “tradicional”, acreditamos que a (re)implantação dos cursos tecnológicos e a ampliação da rede CEFET na década de 1990 reeditou os interesses anteriores, sendo acrescida a base de um ensino superior flexível, em consonância com a emergência do capital. Tem-se a multiplicação de escolas profissionais que, segundo Gramsci (1989), reforça as diferenças sociais e a criação de estratificações internas, que, por sua vez, dão a impressão de estar-se em uma sociedade democrática. (DOURADO & ASSIS PIRES, 2007, p. 56)

Importante observar que os cursos técnicos de nível médio profissionalizantes oferecidos pelas escolas técnicas e reconhecidamente de qualidade principalmente nos anos 70 e 80 deixaram de



ocupar o palco principal para dar entrada a uma nova peça que é a inserção dos cursos de Tecnologia bem como os demais cursos de nível superior adotados por outras instituições congêneres com o CEFET-GO.

Ao se falar de qualidade na educação, ressalvados os mecanismos que permitem a sua prática, é preciso observar que a mesma está muito ligada a questão econômica na correlação que se pensa melhor e se aprende melhor quem não tem problemas econômicos ou não dependem da economia para modificar o seu bem estar.

Quando se criou os Cefets em todo país, o que se viu foi um significativo aumento do número de matrículas bem como uma forte investidora econômica por parte do Governo Federal nos mesmos, além de uma abertura para a contratação de professores que se tornaria necessária as necessidades do plano expansionista. Segundo Dourado e Assis Pires:

Nas universidades o crescimento nas matrículas foi de 25,2% e nos centros este crescimento foi de 210,3%. Em relação ao número de matrículas analisou-se aqui dois indicadores: o crescimento na capital e no interior e o crescimento por turno e percebeu-se um dado interessante. O número de matrículas, aumentou em 19,02% nas universidades, nas capitais, e 39,9% no interior. No caso dos centros o aumento foi de 146,9% nas capitais e 647% no interior. (DOURADO & ASSIS PIRES, 2007, p.10)

No caso dos Cefets, o que se pode observar que o aumento de matrículas se deu efetivamente no turno diurno e não no turno noturno como era a proposta incentivada pelo Governo Federal, via MEC, quando nesse turno as matrículas caíram de 74,33% (em 1999) para 57,86% (em 2003).

A conclusão que se chega com a instalação dos Cefets em todo país é fortemente abordada por Gariglio :

O CEFET-MG, ao ser reconhecido legalmente na década de 70 como uma IEE – Instituição de Educação Superior -, passa a ser possuidor de um Departamento de Educação Superior. No entanto, foram e são os cursos profissionalizantes de nível médio que sempre deram legitimidade e visibilidade social ao CEFET. Os cursos de graduação e pós-graduação têm pouco prestígio e visibilidade social, estando ainda num processo de construção de legitimidade social e institucional. (GARIGLIO, 2002, p. 7)

Para entender essas mudanças do ensino profissionalizante dentro das antigas escolas técnicas, agora Cefets; seria necessário compreender a dimensão política dos gestores da educação e da União, pois deles emanam todas as mudanças. Isso, é impossível, porque em sua grande maioria, esses dirigentes nunca estiveram dentro de uma sala de aula de uma escola de ensino profissional, e



se estiveram, fizeram questão de apagar da memória.

Daí, a explicação do porquê que essas mudanças são temporárias embora nada no universo seja eterno, bem como do porquê elas não se engrenam em prol do aluno trabalhador. Esses nunca foram prioridades.

1.4 CARACTERIZAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLÓGICA DE GOIÁS (IFG) NO PERÍODO DE 2009-2014

O Instituto Federal de Goiás surgiu em 2008 substituindo o CEFET-GO (que em 1999 havia substituído a Escola Técnica Federal de Goiás) e abarcando o Campus de Goiânia, o Campus de Jataí (UNED da Escola Técnica Federal desde 1988), o Campus de Inhumas e os Campuses de Itumbiara e Uruaçu, instalados no ano de 2008 (mesmo ano da criação do IFG por meio da Lei nº 11.892). O Campus de Anápolis foi instalado em 2010, concomitantemente aos Campuses de Formosa e de Luziânia.

Em 2010 foram criados os Campuses de Aparecida e da antiga capital do estado – Goiás. Finalmente, a expansão do IFG se consolidou com a criação do segundo Campus da cidade de Goiânia (Goiânia Oeste) e dos Campuses de Águas Lindas de Goiás, Valparaíso, Novo Gama e Senador Canedo (Ver Figura 1).



Figura 1 – Instituto Federal de Goiás e seus campus



A expansão da rede do IFG obedece a uma normatização e orientação do governo federal e se encontra estabelecida na Lei nº 11.892 de criação dos Institutos Federais.

A elevação à condição de Institutos Federais estabeleceu que estes teriam uma estrutura multicampi (Art. nº 9 da lei supramencionada) que poderia ser de campus com capacidade para 4500 alunos ou então para 1500 alunos.

Na atual estrutura do IFG, o Campus de Goiânia é o único com estrutura e capacidade para 4500 alunos e por isso tem características diferenciadas quanto ao número de servidores, dotação orçamentária e organização administrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se observa todos os dados levantados, principalmente na condição institucional de CEFET-GO e depois de IFG, verificamos que a instituição passou por fases significativas para a solidificação de sua memória histórica e como ofertante de ensino gratuito. Os alunos oriundos de famílias com renda *per capita* abaixo de um salário mínimo nunca conseguiram massificar a instituição em número representativo, haja vista que seu percentual dentro do CEFET-GO nunca atingiu um valor maior do que 1,5% e dentro do IFG o percentual ficou sempre em torno desse valor.

Considerando a linha histórica da instituição desde a sua criação, como Escola de Aprendizizes e Artífices, até a condição de Instituto Federal de Goiás em 2015, é relevante o fato de que ela não mais cumpre o papel para o qual fora criada e mantida inicialmente – atender os desvalidos da fortuna. Ao contrário, tornou-se uma escola elitizada sob o ponto de vista de renda da clientela que ocupa a grande maioria das vagas dos diferentes cursos que são ofertados. É reforçada a premissa de que, ao se ampliar o leque de opções dos níveis de cursos, reduziu-se, na contramão desse crescimento, o acesso dos pobres.

O Campus de Goiânia do IFG, ao longo de sua história foi fundamental na formação de cidadãos da sociedade e de profissionais técnicos além de difundir o conhecimento e a ciência na sua forma mais ampla e com verdadeiro interesse na transmissão do saber. Foi história e fez história em sua trajetória como uma escola de nível excelente, possibilitando inclusive que seus alunos fossem vitoriosos em vestibulares de outras instituições pelo Brasil. Formou muitos profissionais que se destacaram em várias áreas da ciência e da tecnologia e se tornou o único campus para 4500 alunos nessa expansão desenfreada do ensino profissionalizante na perspectiva dos Institutos Federais. Cresceu e se agigantou fazendo da expansão uma tarefa cotidiana que não trouxe



nenhuma conseqüência para si mesmo, a não ser, subsumir-se no bojo de seu próprio gigantismo solidário e se tornar hoje simplesmente, um campus que se reduziu a uma importância em que sua grandeza não tem importância.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p.5-15, set./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em: 16 set. 2015

DOURADO, Luiz Fernandes; ASSIS PIRES, Luciene de Lima. Políticas de educação tecnológica: uma nova institucionalidade para a educação superior. *Jornal de políticas educacionais*. Curitiba, v. 1, n. 1, p. 54-75, mar. 2007.

FITOUSSI, Jean Paul & ROSANVALLON, Pierre. *La nueva era de las desigualdades*. Tradução de Horácio Pons. Buenos Aires: Manantial, 1997.

FERNANDES, Florestan. *Os circuitos da história*. São Paulo: Hucitec, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-274, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n46/v16n46a13.pdf>> Acesso em: 16 set. 2015.

GADOTTI, Moacir. *Concepção dialética da educação: um estudo introdutório*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1995. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org/xmlui>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira A escola cidadã*. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2003. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org/xmlui>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

GARIGLIO, José Ângelo. A reforma da educação profissional e seu impacto sobre as lutas concorrenciais por território e poder no currículo do CEFET-MG. *Trabalho & Educação* (UFMG), Belo Horizonte, v. 2, n. 10, p. 64-85, 2002

LAHIRE, Bernard. A cultura dos indivíduos. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Anmed, 2006.

_____. *Homem plural: as determinantes da ação*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

NOSELLA, Paolo & BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. In: SANTOS, A. V.; VECHIA, A. (org.). *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. Curitiba: UTP, 2008. p. 15-32.

NOSELLA, Paolo Ensino médio: em busca do princípio pedagógico. In: COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, 6., 2009. São Paulo Anais... São Paulo: LIPHIS/ PPGE/ UNINOVE-SP, 2009.

SÁ, Helvécio Goulart Malta de. A transferência da escola de aprendizes artífices da cidade de Goiás para a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nova capital: contribuições para a construção da memória do IFG. 2014. 246 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, 2014.

SAVIANI, Demerval. História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. In: V COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES. 5., 2008. Anais... Uninove: São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educação/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf>. Acesso em: 05 set. 2015.